

COLEÇÃO MULHERES POR REPARAÇÃO DAS DÍVIDAS SOCIAIS

MULHERES E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR



CARTILHA 5



APRESENTAÇÃO

Olá mulheres corajosas!

Chegamos até vocês dando continuidade aos debates e aprendizados sociais, políticos e econômicos que perpassam nossas histórias e vidas.

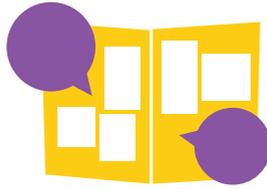
Os debates sobre a democracia brasileira, por um lado, celebram os direitos políticos, hoje desfrutados por todos os brasileiros e brasileiras; por outro, realçam os desafios para a superação das desigualdades persistentes no Brasil. Em especial, no que diz respeito à participação política e o fato de que parte significativa da população, especialmente as mulheres, tem representação muito pequena relacionada ao fato de que a quantidade de mulheres no Brasil ultrapassa a quantidade de homens. E vamos entender melhor porque estas coisas acontecem.

Essa cartilha faz parte da **Coleção Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais**. Temos vivenciado um processo bonito e desafiante de formação e seguindo este caminho desejamos dialogar com vocês sobre as “Mulheres e espaços de participação popular”, e o quanto este elemento é importante para a sociedade que sonhamos: de justiça e igualdade!

Boa leitura!

Bom aprendizado!





PROSA DAS MULHERES

E este ano 2022, conquistamos o que?

Sei sim. É a lei de criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214/2021).

Você sabia que a distribuição gratuita de absorventes agora é lei? Mesmo o presidente da República sendo contrário a essa lei.

Apesar de o governo de Bolsonaro trabalhar contra as mulheres, o Congresso Nacional conseguiu muitas vitórias. O Projeto de Lei 3.048/2021 endurece a punição dos crimes contra a honra das mulheres. Tem também o Projeto de Lei 2.889/2021, que garante autonomia na escolha dos métodos contraceptivos, assim como a Lei 14.326/2022, que proíbe o uso de algemas e outros tratamentos desumanos às presas gestantes. São conquistas nossas!



São conquistas. Mas ainda temos muitas lutas pela frente. Temos que reconhecer que todos esses direitos são frutos da organização popular de mulheres que se colocam em movimento.

Viva nossas conquistas!



MOVIMENTOS POPULARES E DE RESISTÊNCIAS: QUE MOVIMENTOS SÃO ESSES?

Elaborar um significado que consiga contemplar todas as facetas que os movimentos sociais possuem não é uma tarefa fácil, talvez impossível. Pensando de forma filosófica, podemos dizer que os movimentos sociais é algo que se movimenta, tem início em algum lugar e vai crescendo e se tornando uma onda em constante mudança. De forma mais concreta podemos perceber que as pessoas vão se unindo e se organizando em prol de um interesse comum e a partir daí se inicia uma ação de mobilização e articulação que proporciona o fortalecimento deste movimento.

De acordo com Martins (2012), os movimentos sociais podem ser caracterizados por protestos ou manifestações populares, promovido e organizado por grupos, ocupando os espaços públicos, independentemente de suas ideologias, com o intuito de promover mudanças sociais. Porém, Touraine citado por Teixeira e Schiites (2014) afirma que não podemos atribuir a todos os coletivos a ideia de movimento social, pois para ser caracterizado como um movimento é necessário que este grupo coloque em “xeque” as estruturas organizativas das sociedades. De acordo com ele, esses coletivos não precisam estar imbuídos de uma ideologia elaborada, mas se organizarem em condutas coletivas. E, segundo Maria da Glória Gohn, “a composição dos movimentos sociais pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou de princípio articulatório que os aglutina”. Portanto, fica evidente que os movimentos sociais têm uma origem de classe e da camada da sociedade que dela participam.

A peça fundamental desta forma de organização social são os personagens que a compõem, chamada por Touraine de “Atores” – aqueles sujeitos que se reconhecem em um objetivo comum e se organizam com o intuito de promover mudança social. Estas ações coletivas criam identidades coletivas e agem de forma a pressionar o Estado a promover mudanças sociais. Estas identidades coletivas são produzidas por atores, que são representadas pelos movimentos sociais (ALONSO, 2009). E trazem um recorte de classe e dos seus projetos (GHON, 2008).

CONTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

A origem dos movimentos sociais e populares no Brasil é antiga, desde a chegada dos exploradores portugueses existem inúmeros registros de luta por melhores condições de vida e contra a exploração. Vale lembrar a Conferência dos Tamoios, que foi símbolo da resistência das populações indígenas, que teve início já em 1554. Outra forma de organização e resistência importante da nossa história, foram os quilombos, entre tantos que existiram, vamos destacar Palmares, sob a liderança de Zumbi (1630-1695).

Histórias de organização de movimentos que estão ancoradas nas lutas e diretamente ligadas às revoltas populares. Uma delas é a Revolta dos Malês. A revolta aconteceu na cidade de Salvador (BA), em 1835. Foi a insurgência contra o sistema escravocrata, mas também uma reação contra à intolerância e preconceito religioso. A população da capital baiana era formada predominantemente por negros e negras escravizados/as ou já libertos/as. Eles (os Malês), não aceitavam o batismo católico, muito menos desejavam seguir os ritos da Santa Sé como imposição. Se organizaram como importante movimento.

Já no final do século XIX para o século XX, teve início a organização dos sindicatos que se estruturaram a partir da defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, inspirados pelos princípios anarquistas e posteriormente os princípios marxistas.

É bom lembrarmos que depois da Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1960, muitas sequelas relacionadas a violação dos direitos humanos, os movimentos sociais e populares começaram a se organizar e ganhar forças. As pautas eram diversas.

Por exemplo, nos Estados Unidos e na África do Sul, a população negra não aceitava mais o sistema de segregação racial que garantia privilégios à população branca e retirava os direitos da população negra. Infelizmente, mais de 50 anos depois, a realidade do racismo ainda permanece.



"NÓS VAMOS PASSAR
POR CIMA DE VOGÊ"

E AS MULHERES? O QUE ELAS TÊM A VER COM ISSO?

Falar sobre a participação das mulheres de forma ativa nos movimentos sociais e populares é dialogar com a história da luta feminista no Brasil e no mundo. De acordo com Gohan (2007), as mulheres já se encontram na luta por direitos básicos há vários séculos, desde sociedades anteriores, porém foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade pública de um coletivo.

Podemos entender que foi a partir das organizações feministas que as mulheres efetivamente se organizaram de forma consciente, começando a questionar as diferenças de gênero impostas por uma sociedade patriarcal. Elas entenderam que era necessário modificar o sistema através da máquina/meio político para que suas demandas específicas fossem de fato contempladas.

Para fins didáticos quando se vai contar a história do feminismo, muitas vezes ele aparece dividido em ondas. Cada onda diz de pautas, demandas e estratégias específicas de cada geração. Pois assim como as ondas do mar, que vêm e vão, sempre se renovando em uma nova onda, mas sempre contendo a água da onda anterior, as ondas do feminismo dizem de como foi o movimento das mulheres ao longo do tempo, na busca e garantia dos seus direitos e no amadurecimento e construção de uma identidade social como movimento de mulheres.

Algumas vertentes do feminismo criticam também essa forma de divisão, pois segundo essa tradição, a primeira onda feminista teve início só no século XIX, ignorando a luta das mulheres anteriores a este período.

Podemos dizer que hoje o movimento feminista é plural e para melhor compreensão de suas nuances são separadas didaticamente por meio da ideia de “ondas” pelos autores. Cada onda fala de pautas, demandas e estratégias específicas de cada geração. Pois assim como as ondas do mar, que vão e vem, sempre se renovando em uma nova onda, mas sempre contendo a água da onda anterior, as ondas do feminismo dizem de como foi o movimento das mulheres ao longo do tempo, na busca e garantia dos seus direitos e no amadurecimento e construção de uma identidade social como movimento de mulheres.

Para ilustrar a trajetória dos movimentos de mulheres até os dias de hoje, vamos compreender as principais conquistas através da linha do tempo?

VAMOS COMEÇAR A VIAGEM NO TEMPO? VAMOS JUNTAS?

1827 – MENINAS SÃO LIBERADAS PARA FREQUENTAR A ESCOLA

Quando paramos para refletir que hoje em dia as mulheres brasileiras são a maioria, no que se refere ao acesso à formação superior – 25% das mulheres no país ingressam nas universidades, enquanto o número de homens é apenas 18%¹ – não imaginamos que o acesso à educação básica por muito tempo foi negado às meninas. Só a partir de 1827 as mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios.

1832 – PUBLICAÇÃO DENUNCIA O MITO DA SUPERIORIDADE DOS HOMENS

A autora Nísia Floresta publicou o livro *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. Ela foi a primeira mulher brasileira a denunciar em uma publicação o mito da superioridade do homem e de defender as mulheres como pessoas inteligentes e merecedoras de respeito igualitário.

Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta, foi uma escritora, educadora e poetisa nascida na cidade de Papari, no Rio Grande do Norte. É considerada uma pioneira do feminismo no Brasil e foi, provavelmente, a primeira mulher a romper os limites entre os espaços públicos e privados publicando textos em jornais.



1879 – MULHERES CONQUISTAM O DIREITO AO ACESSO ÀS FACULDADES

Foi somente neste ano que as portas das universidades foram abertas para as mulheres.

1910 – CRIAÇÃO DO PRIMEIRO PARTIDO POLÍTICO FEMININO

A Proclamação da República no Brasil ocorreu em 1889, foi apenas 20 anos depois, em 1910, que nasceu o Partido Republicano Feminino, como ferramenta de defesa do direito ao voto e emancipação das mulheres na sociedade.

1932 – MULHERES CONQUISTAM O DIREITO AO VOTO

Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram intensa e exaustivamente no movimento sufragista.

As sufragistas eram mulheres organizadas em movimentos sociais que questionavam a razão pela qual recebiam confiança para prestar serviços como professoras em escolas, mas eram consideradas incapazes para participar da política.

¹ Relatório Education of Glance 2019, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

1962 – CRIAÇÃO DO ESTATUTO DA MULHER CASADA

O documento permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas também passariam a ter direito à herança e à chance de pedir a guarda dos filhos em caso de separação.

1970 – SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

O movimento nasceu a partir da percepção de que faltava uma abordagem conjunta das pautas de gênero e raça pelos movimentos sociais da época.

1977 – APROVAÇÃO DA LEI DO DIVÓRCIO

As mulheres permaneciam legalmente presas aos casamentos, mesmo que fossem infelizes em seu dia a dia. Somente a partir da Lei nº 6.515/1977 é que o divórcio se tornou uma opção legal no Brasil.

1979 – MULHERES GARANTEM O DIREITO À PRÁTICA DO FUTEBOL

No Decreto da Era Vargas, as mulheres não podiam praticar esportes incompatíveis com as “condições de sua natureza”. O argumento era de que a prática feria a chamada “natureza feminina”.

1983/84 – PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NO MOVIMENTO DIRETAS JÁ

Movimento que, pela primeira vez, desde 1968, mobilizou pessoas para ir às ruas defender a realização de eleições presidenciais diretas no Brasil.

1985 – CRIAÇÃO DA PRIMEIRA DELEGACIA DA MULHER

A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) surge em São Paulo e, logo depois, unidades começam a ser implantadas em outros Estados.

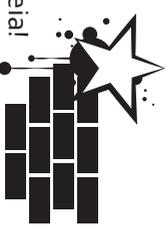
1987 – FUNDAÇÃO DE GRUPOS DIRECIONADOS

Feministas negras norte-americanas fundaram grupos direcionados aos papéis sociais das mulheres negras e atividades políticas.

1988 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PASSA A RECONHECER AS MULHERES COMO IGUAIS AOS HOMENS:

Foi apenas na Constituição de 1988 que as mulheres passaram a ser vistas pela legislação brasileira como iguais aos homens. Os movimentos de mulheres ganharam as ruas na luta pela democracia.

- 1977 – APROVAÇÃO DA LEI DO DIVÓRCIO**
- 1985 – DELEGACIA DA MULHER É CRIADA**
- 1988 – CONSTITUIÇÃO RECONHECE IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**
- 1990 – SURGE O FEMINISMO COMUNITÁRIO**
- 2006 – LEI MARIA DA PENHA É SANCIONADA**
- 2015 – LEI DO FEMINICÍDIO É APROVADA**
- 2021 – LEI CONTRA VIOLÊNCIA POLÍTICA COM MULHERES É CRIADA**



Faça xerox e dispute as ruas com essa ideia!

CONQUISTAS HISTÓRICAS DAS MULHERES

1827 – MENINAS LIBERADAS PARA FREQUENTAR ESCOLA

1879 – MULHERES CONQUISTAM DIREITO DE FAZER FACULDADE

1932 – MULHERES CONQUISTAM DIREITO DE VOTAR

1962 – ESTATUTO DA MULHER CASADA É CRIADO

1970 – SURGE MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

1990 – SURGIMENTO DO FEMINISMO COMUNITÁRIO

O feminismo comunitário² parte do princípio de não enfrentar e nem construir a partir dos direitos individuais mas, sim, coletivos; a partir dessa comunidade que é lugar de identidade comum, de memória ancestral, de conjuntura particular e que compara com um corpo que tem sua parte homem, sua parte mulher e sua parte transgênero.

2002 – “FALTA DA VIRGINDADE” DEIXA DE SER MOTIVO PARA ANULAR O CASAMENTO

Imagine só, apenas no início do século XXI é que o Código Civil Brasileiro extinguiu o artigo que permitia que um homem solicitasse a anulação do seu casamento caso descobrisse que a esposa não era virgem antes do matrimônio.

2006 – SANÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Maria da Penha, farmacêutica que deu seu nome à lei por ser vítima da violência de seu marido e que a deixou em uma cadeira de rodas.

2015 – APROVAÇÃO DA LEI DO FEMINICÍDIO

A Constituição Federal reconheceu a partir da Lei nº 13.104/2015 o feminicídio como um crime de homicídio qualificado.

2018 – A IMPORTUNAÇÃO SEXUAL FEMININA PASSOU A SER CONSIDERADA CRIME

Ser mulher ainda é motivo para vivenciar situações de assédio e violência no dia a dia, no ônibus, em aplicativos de carros particulares ou numa simples ida ao mercado. Não é como se hoje não sofrêssemos mais com o assédio, mas pelo menos agora temos um mecanismo legal para nos defender.

2018 – #ELENÃO

Manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil em repúdio ao candidato Jair Bolsonaro.

2021 – CRIAÇÃO DA LEI PARA PREVENIR, REPRIMIR E COMBATER A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER

A Lei 14.192/21 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas.

² <https://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao-queremos-revolucionar-tudo>

Durante o Golpe Militar de 1964, as mulheres também se organizaram e lutaram em defesa da democracia que temos hoje, sendo presas, torturadas, como tantos outros lutadores da nossa história, e muitas seguem desaparecidas até hoje.



Helenira Preta era militante do PCdoB, e se destacou na resistência à ditadura no Brasil. Iniciou sua militância no movimento estudantil, atuou na Guerrilha do Araguaia. Acabou sendo ferida num tiroteio em 29 de setembro de 1972, sendo pega numa emboscada. Recusou-se a entregar seus companheiros e acabou sendo torturada e morta.

VAMOS CONVERSAR?

- Que direitos para as mulheres você sente falta?
- Quais os direitos que você não vê em prática no dia a dia?
- Qual conquista das mulheres mais te mobiliza para lutar?

E NO BRASIL, QUE OUTROS MOVIMENTOS TEMOS?

Os diferentes movimentos sociais e populares têm as particularidades das pautas e bandeiras que defendem, mas precisam criar sinergia para avançar e superar o modelo de sociedade excludente que violam os mais pobres. É fundamental que mesmo na diversidade os movimentos se organizem para lutar contra o inimigo comum: o capitalismo.

CAUSAS QUE GERAM MOVIMENTOS PARA ENFRENTAR O CAPITALISMO

- Luta pela Terra;
- Defesa das crianças e adolescentes;
- Igualdade racial, especialmente pela vida das mulheres pretas;
- Defesa dos migrantes e refugiados;
- Causas ambientalistas;
- Moradia digna;
- Combate à homofobia;
- Violência doméstica;
- Extermínio das juventudes pretas
- E tantas outras que encontramos no caminho...

POR QUE OS MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS SÃO IMPORTANTES?

- Para a formação de uma sociedade democrática;
- Para a inserção de mais pessoas na sociedade de direitos;
- Para propor soluções coletivas para os problemas sociais e políticos.



MULHERES NA POLÍTICA: "NÁUFRAGAS EM UM OCEANO DE MACHOS"

O Brasil está na lanterna do ranking da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. A frase que o escritor uruguaio Eduardo Galeano usou para descrever as legisladoras do seu país serve também para ilustrar o cenário brasileiro. Com uma das menores taxas de representação de mulheres na política institucional no mundo, o Brasil é o penúltimo país da América Latina quando o tema é presença feminina no Legislativo Federal. No quesito participação política, o Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2022, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial a partir de dados de 146 países, o Brasil está 94º posição.

Embora sejam inegáveis a força e a importância das mulheres no cenário socioeconômico e cultural brasileiro, o país ocupa uma posição constrangedora, muito atrás de nações como Argentina e Guiana, que estão em 33º e 35º lugares, respectivamente.

MAS POR QUE HÁ MENOS MULHERES QUE HOMENS NA POLÍTICA?

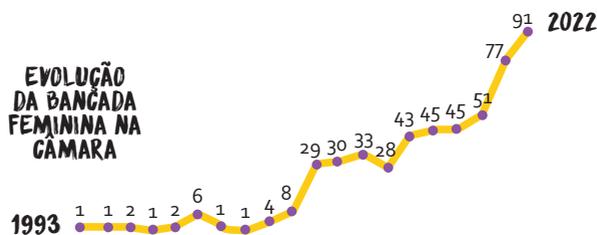
Os espaços de participação política estão dominados pelo machismo estrutural. Ou seja, o machismo se baseia na organização dos espaços de participação, dando sustentação à dominação patriarcal, priorizando os valores constituídos a partir do masculino, dos homens brancos e heterossexuais. Essa estruturação do machismo inviabiliza o protagonismo das mulheres, o acesso aos recursos para investimento na formação, apoio para campanhas eleitorais e a sobrecarga de trabalho que favorece o tempo para que os homens tenham ascensão e destaque nos espaços políticos e de participação na sociedade. Tudo isso inspirada pelos valores machistas que desacredita nas capacidades das mulheres em governar ou atuar, seja no executivo, legislativo ou judiciário e não recebem os votos da população, ou recebem de forma insuficiente para se elegerem.

FUNDO ELEITORAL: COMO FUNCIONA?

Já sabemos que as mulheres são mais da metade do eleitorado brasileiro, mas quando o assunto é representatividade na política institucional, vimos que o cenário é bem diferente. Na Câmara Federal, por exemplo, a bancada feminina ocupa apenas 17,7% das cadeiras e tem duas representantes trans³.

3 <https://www.camara.leg.br/noticias/g11406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>

Para tentar reverter esse quadro, desde 2020 os partidos foram obrigados a garantir um mínimo de 30% de candidaturas femininas.



A verba de campanha também se tornou proporcional por lei em 2022 (Emenda Constitucional 111), e adotou novas regras para impulsionar a eleição de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados(as), e a partir desta mudança os votos para as mulheres e pessoas negras computarão em dobro para a distribuição de recursos do Fundo Eleitoral entre os partidos políticos.

As mulheres correspondem a 33% do total de registro de candidaturas nas esferas federal e distrital, mas mesmo com o aumento são poucas as que conseguem pleitear, por exemplo, o cargo de governador/a.

Na disputa pelo Senado, quatro mulheres foram eleitas este ano (2/11/2022). No pleito de 2018, sete candidatas foram eleitas para a Casa Alta.

BANCADA FEMININA NO SENADO EM 2023



O Brasil teve apenas 38 mulheres candidatas aos governos estaduais nas eleições de 2022 e, mesmo com um aumento considerável de candidaturas femininas frente a eleições passadas, apenas duas mulheres irão chefiar o Executivo Estadual a partir de 2023 no país⁴.

Outro exemplo é a Lei 9504 de 30 de setembro de 1997 que estabeleceu as cotas para mulheres e ainda não mostrou todo o seu potencial porque falta comprometimento dos partidos. Preencher a lista das candidatas deveria ser um desafio de construção de lideranças mulheres para os partidos. Mas, como não tem havido interesse dos partidos em estimular a participação feminina, a maioria acaba incluindo candidaturas de fachada para atender a Lei Eleitoral, as chamadas candidatas de mulheres “laranjas”.

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-10/apenas-duas-mulheres-devem-ser-eleitas-governadoras>

Considerando que as mulheres negras recebem somente 41% do salário médio dos homens brancos no Brasil, pode-se imaginar que exista também uma problemática envolvendo raça e gênero. A marginalização política é transpassada por um sistema histórico de exclusão de ordem racial e econômica. Mulheres negras, portanto, enfrentam em proporções maiores as dificuldades impostas às mulheres brancas para se elegerem.

Para mudar o cenário de exclusão das mulheres na política, as propostas e debates sobre reforma política precisam incluir mudanças substantivas para os partidos políticos. A maior participação das mulheres na política e, em consequência, o maior índice de sucesso eleitoral dependem de um profundo processo de democratização dos partidos que venham considerar a perspectiva de gênero, raça e geração na sua lógica de ocupação dos espaços de poder e decisão. Sabe-se que as executivas dos partidos são espaços exclusivos de poder masculino e branco.

É preciso um grande compromisso do eleitorado, da justiça eleitoral e, claro, dos partidos políticos para promover mudanças que favoreçam as mulheres de fato. Nas eleições de 2018 e 2022, partidos de perfil conservador e de extrema direita utilizaram das mulheres para lançamento de candidatas “fantasmas ou laranjas”, com o objetivo de preencher as vagas de candidaturas reservadas ao sexo feminino e acessar recursos financeiros para campanha eleitoral.

MULHERES PROTAGONISTAS

CENTRO DANDARA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP⁵

“O que é necessário para manter as portas abertas e sair do aluguel caro? É reformar a “nova” casa? Sim! Então faremos isso, pois a casa do Centro Dandara somos nós”.



Em novembro 2019 mudamos. Em dezembro já havia rumores da Covid-19. Em janeiro de 2020, um sentimento de aflição e a necessidade de mantermos as portas abertas. “Precisamos nos salvar para salvar outras”. Esta foi a primeira reflexão quando nos deparamos com a pandemia do Covid-19.

Nós reformamos a casa, tínhamos três mulheres envolvidas diretamente, filhos, filhas, companheiros. Os proprietários da casa aceitaram que o valor do aluguel fosse investido na reforma. Então, hora de colocar a mão na massa. Já vivenciamos uma pandemia diária que é a violência contra a mulher e então

⁵ O Centro Dandara é entidade membro do Jubileu Sul Brasil desde 2018

começamos a vivenciar a outra pandemia. Passamos a orientar por telefone, redes sociais, chamadas de vídeo, presencialmente estávamos somente nos casos muito específicos.

E junto com a pandemia chegou a insegurança alimentar, tivemos que ampliar o olhar para as mães solo, as mais necessitadas. Ouvimos críticas por não estarmos cumprindo o objetivo da criação do Centro Dandara, mas a fome começou a bater em nossa porta. Fechamos os ouvidos para as críticas e buscamos ou fomos buscadas para parcerias de distribuição de cestas básicas, material de higiene, produtos de limpeza e tudo mais que pudéssemos mitigar as necessidades básicas.

Nossos conhecidos adoecendo, perdas de amigos e amigas, o medo de também adoecermos e a espera da vacina que nunca chegava.

Sabemos que nós mulheres como sociedade civil organizada ou nos diversos movimentos sociais populares que chegam primeiro no acolhimento diante das vulnerabilidades sendo elas básicas, médias, ou de alta complexidade. E se as situações chegam à alta complexidade é porque não fomos ouvidas diante das necessidades básicas. Não buscamos ser necessárias para todo o sempre, por isso enfrentamos diariamente, com medo ou sem medo, os desafios de sermos mulher feminista e seguir na luta por uma sociedade justa e igualitária. Somos dessas que transformam agonias em resistências.

MULHERES EM MOVIMENTO

ERICA HILTON⁶

Erika Santos Silva, mais conhecida como Erika Hilton, nasceu em Franco da Rocha/SP, no dia 9 de dezembro de 1992. Mulher negra e travesti, Érika Hilton, que é fruto de processos de organização e lutas populares, já passou pela Assembleia Legislativa de São Paulo e foi a mulher mais bem votada do Brasil para vereadora em 2020. Presidiu a Comissão de Direitos Humanos e encabeçou a primeira Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a violência contra pessoas trans do país.

Érika iniciou sua carreira política em 2015, após uma disputa com uma empresa de ônibus. Na ocasião, ao tentar comprar uma passagem de ônibus em Itu/SP, a empresa se recusou a imprimir seu nome social feminino na passagem.

⁶ https://www.erikahilton.com.br/#bio_
<https://apublica.org/2022/01/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenere-no-poder/>

A legislação em São Paulo que garante direitos de identidade às pessoas trans não se aplicava às empresas privadas. Érika lançou petições online defendendo o direito de pessoas trans escolherem seus próprios nomes. Após grande engajamento, Hilton acabou obtendo êxito. Com a repercussão do caso, ela foi reconhecida como defensora dos direitos das pessoas trans. Filiou-se ao PSOL e em 2016.

Em uma entrevista dada à Pública Agência de Jornalismo Investigativo, Érika foi perguntada se já sofreu violência institucional e política no exercício do seu mandato e como ela lida com isso. A resposta foi: *"As violências no exercício do mandato, pelos meus pares, são veladas. Eles não chegam a me desrespeitar enquanto pessoa, porque eu imponho muito, sou muito bem relacionada, nunca deixei margem para isso. São veladas, mas igualmente ou mais prejudiciais. As violências a que me refiro, calcadas no conservadorismo e transfobia, são um reflexo de algo que sempre existiu na Câmara, mas com a minha entrada, e das minhas pautas, se agravaram. Eles tentam vetar, reprovar, sabotar, tudo, todas as leis, projetos, que falam de gênero. Desde gênero humano, até gênero alimentício. Juro. Esse é o nível".*

Érika tem como prioridades políticas de combate à fome e às desigualdades e uma democracia de verdade para a maioria: mulheres, negros, LGBTQIA+, jovens, idosos, trabalhadores, indígenas e pessoas com deficiência. Em 2022 ingressou na disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados em Brasília pelo Estado de São Paulo e foi eleita com mais de 256,9 mil votos.

MARIA EDNEIDE DA SILVA

Maria Edneide da Silva Reis nasceu em 1966, no Estado de Pernambuco, na aldeia Brejo dos Padres. Atualmente ela tem 56 anos e é casada com Moacir Guilherme dos Reis, mãe de cinco mulheres, avó de nove netos e mora na cidade de Francisco Morato, região metropolitana de São Paulo.

Edneide, como é chamada por seus familiares, tem uma história de vida muito sofrida e cheia de superações. Ela é a mais velha dos 13 filhos do senhor Manoel João da Silva e da senhora Maria José da Silva. Ela conta que ainda criança era ensinada como trabalhar na roça, a tratar dos animais e arar a terra. Seu pai era um homem muito rígido, exigia dela uma maturidade precoce e sua mãe era o contrário, muito carinhosa e atenta aos filhos. Edneide relata que antigamente as coisas não eram fáceis e por conta do machismo as mulheres não podiam ir contra os desejos de seus maridos, por isso ambas viveram muitas dificuldades e imposições do seu pai.

Seu marido Moacir, que vivia na mesma aldeia, aos dezessete anos de idade fez uma viagem à trabalho para São Paulo. Ao retornar iniciaram o namoro e casaram-se.

Quando sua filha mais nova completou três meses a família resolveu tentar a vida “na cidade grande” e foram para São Paulo. Ao chegar perceberam que a “terra das oportunidades” não era um lugar fácil de se viver. Seu marido conseguiu emprego em uma metalúrgica e ela trabalhava como empregada doméstica. Os tios do seu marido emprestaram uma casa para que eles pudessem começar a vida em Francisco Morato, onde eles vivem até hoje.

Com o passar dos anos Edneide passou a ter desafios para se manter no emprego, pois não sabe ler e nem escrever, enfrentando dificuldades em acessar o transporte público. Como morava longe do trabalho, teve que desistir do trabalho. Por não ter o tempo mínimo de contribuição previdenciária, não conseguiu se aposentar e hoje vivem da renda do seu marido e colaboração financeira das filhas.

A maior alegria de Edneide é saber que as filhas Edlene Maria, 38 anos, Maria Ednalva, 37 anos, Edna Maria, 35 anos, e Elaine, 33 anos, concluíram o ensino médio e que duas delas estão na universidade, cursando Serviço Social e Jornalismo. Ela diz que ainda sonha em ter sua própria casa, idealiza um bom futuro para os netos e vibra a cada nova conquista. Ela luta cotidianamente para manter as tradições do seu povo, se orgulha em ser uma Pancararu e não renuncia às suas raízes.

IRMÃ HELENA AUGUSTA WALCOTT⁷

No Brasil, na década de 1980, o direito à terra era uma questão emergente nos debates sociais e a principal força motivadora nas lutas das organizações de base pelo acesso a padrões mínimos de dignidade humana.

E foi nessa conjuntura, na cidade de Manaus(AM) que irmã Helena Augusta Walcott atuou profeticamente em defesa dos mais pobres. Nas periferias de Manaus conviviam os trabalhadores(as) rurais que tinham suas propriedades tomadas por grileiros, ou que fugiam da fome por não ter mais terra produtiva para o plantio e os seringueiros sem trabalho.

As mulheres, filhas de migrantes nordestinos, descendentes de negros, indígenas e trabalhadoras domésticas também eram uma população bastante presente nessas realidades.

Helena Augusta Walcott, popularmente conhecida como Irmã Helena, por sua vocação religiosa, filha de Lorenzo Walcott e Clarissa Knights, nascidos em Barbados, descendentes dos povos de Guiné Bissau e Senegal, era a caçula de

⁷ <https://www.direitoamemoria.com/irmahelenaaugusta>
<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619938-a-luta-da-mae-dos-sem-teto-irma-helena>

sete filhos. Nasceu no Brasil, após a família estabelecer-se integralmente no país, por conta do trabalhado conseguido por seu pai na construção da estrada Madeira Marmoré.

Já atuando nos trabalhos da Igreja, teve como primeiro bairro de atuação a Compensa, localidade que ajudou a constituir, assim como outros 8 bairros nas áreas leste e norte da cidade de Manaus. Sobre o bairro Redenção que ela ajudou a organizar, ela disse: *Não sei se vocês lembram, mas tinha um programa (filme), o "Planeta dos Macacos?" [...] Chamavam para esse povo pobre, que ia lá querendo também um pedaço de terra de Planeta dos Macacos [...] Pra eles era uma humilhação. Então, quem eram os macacos? O povo que ia lá atrás, as famílias que queriam um pedaço de terra. Eles eram considerados macacos! Então, o que nós decidimos? Vamos mudar o nome! [...] Então, foi aí que demos o nome de [nunca ouviram falar?] Redenção [...]. Então, Redenção era o antigo Planetas dos Macacos [...]* (Helena Walcott – 15/07/2019)

Na ocupação que daria origem ao bairro Armando Mendes, em 1987, saindo de uma reunião com lideranças, Helena sofreu um atentado, comandado pelo grileiro Paulo Farias, que resultou na morte do jovem Altenor Cavalcante e, posteriormente, irmã Helena se exilou Estados Unidos, até 1997.

Irmã Helena foi sepultada no dia 14 de julho de 2022, em Manaus. Ela vivia no Convento das Adoradoras do Sangue de Cristo, congregação da qual fazia parte, localizada no bairro São Geraldo, que acolheu centenas de refugiados Haitianos desde o terremoto no país em 2010). Uma das características da irmã Helena era utilizar de um apito para avisar as lideranças das ocupações que a polícia estava chegando.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS⁸

A Rede Feminista de Saúde⁹, é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracista, fundada em 1991. Busca fomentar reflexões, diálogos e ações a respeito da saúde das meninas, mulheres e pessoas com útero. Para dar conta deste enfrentamento, procuramos estar presente em todos os espaços, governamentais ou do movimento social, visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

⁸ Com informações de Polly Polycarpo e Dirlene Marques.

⁹ A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é entidade membro do Jubileu Sul Brasil.

A violência de gênero, todos os aspectos da maternidade, a criminalização do aborto, o impacto do racismo na saúde das mulheres negras, são lutas que fazem parte da vida das mulheres, pois vivemos em um Estado patriarcal, colonialista, machista, racista e capitalista, que tenta controlar e dominar nossos corpos. A luta pelos direitos e a saúde das mulheres é uma disputa constante de poder e transformação, é a mais longa das lutas onde convivemos com conquistas e progressos, desafios e retrocessos.

Em Belo Horizonte (MG) participamos do movimento 8M Unificado da RMBH, dos movimentos pela garantia a maternidade humanizada, da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher e da Legaliza MG - Frente Mineira pela Legalização e Descriminalização do Aborto. A Rede Feminista de Saúde em Minas Gerais executa a Ação Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais, atuando no fortalecimento da luta das mulheres nas comunidades Alto das Antenas, Professor Fábio Alves e Vitória.

REVOLUÇÃO PELO AFETO

"SÓ A LUTA MUDA A VIDA!"

Partindo desta afirmativa tão difundida dentro dos movimentos sociais, porém sem a ingenuidade que a romantiza, pode-se pensar que somente através da participação social e elaboração de um pensamento crítico, feminista e popular é possível mudar a si e o meio em que vivemos. Mas não é a luta por si só que transforma e modifica o sujeito, mas os encontros que são viabilizados através da luta. Nos espaços de construção das atividades dos movimentos sociais e feministas, as mulheres podem vivenciar um ambiente onde elas se sentem seguras para se expressarem e debater suas ideias. Para muitas mulheres, estes são espaços de aquisição de conhecimento, onde umas aprendem com as outras através das trocas de experiências. O fortalecimento de vínculos entre as mulheres facilita a criação de sentimentos de cumplicidade e empatia, tornando as mulheres mais unidas e fortalecidas socialmente, psicologicamente e de pertença a um coletivo, uma articulação que ela tem voz.

Esse sentimento que unem as mulheres só é possível se for construída através do afeto e do cuidado. Não o afeto como sentimento, passivo, mas o afeto como verbo, ativo. Afetar e ser afetadas.

Estamos inseridos em um mundo que nos afeta. Estamos inseridas em contextos, vivências, relações que nos afetam, somos corpos que se relacionam com outros corpos e quando somos afetados, sofremos e promovemos mudanças, nossa capacidade de agir e estar no mundo muda, ela pode aumentar ou diminuir de acordo como esses encontros acontecem.

DICAS DE CINEMA

DISPONÍVEL NO YOUTUBE



DISPONÍVEL NA NETFLIX





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em: 01 de junho de 2020.
- GOHN, Maria da Glória. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.
- Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola, 7ª edição. Dezembro de 2008.
- MARTINS, Gelise Cristine Ponce. O estudo dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.11, n. 132, p.128-139, maio 2012. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14739>>. Acesso em: 10 de outubro. 2019.
- MONTEIRO, Karla. Os movimentos sociais e feministas como ferramenta de empoderamento feminino: Uma história de vida. 03/06/2021 Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000095/000095co.pdf>
- SAWAIA, Bader Burihan. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, pág. 17/04/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de maio de 2021.
- TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; SCHIITES, Daniel Severo. Os movimentos sociais como instrumento de defesa de direitos fundamentais. **Derecho y Cambio Social**. n.36, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5472548>>. Acesso em: 02 de novembro 2019.



JUBILEU SUL BRASIL
ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO
Alessandra Miranda
Joseanair Hermes

REDAÇÃO
Alessandra Miranda
Joseanair Hermes
Karla Monteiro
Marcela Ribeiro de Andrade

REVISÃO
1ª edição:
Alessandra Miranda
Carolina de Mendonça
Joseanair Hermes
Rosilene Wansetto

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
Jucelene Rocha

ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO
Flaviana Serafim

PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO
Rachel Gepp

PARCERIAS
CMP – Central de Movimentos Populares
SSB – Semana Social Brasileira

CONTATO
secretaria@jubileusul.org.br

TIRAGEM IMPRESSA
1ª edição – 1.000 unidades

2022

O conteúdo desta publicação, que teve sua 1ª edição em 2021, é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil e Rede Jubileu Sul/Américas. Não necessariamente representa o ponto de vista dos apoiadores, financiadores e co-financiadores: Instituto de Relações Exteriores – IFA, Ministério das Relações Exteriores Alemão, Programa de Financiamento Zivik, Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), *DKA Áustria* – Agência de cooperação de Katholische Jungschar e União Europeia.

PUBLICAÇÕES DA COLEÇÃO

Cartilha 1 | Direito à moradia e à cidade

Cartilha 2 | Resistir na crise: moradia, renda e comida no prato

Cartilha 3 | Conflitos e regularização fundiária: vamos fazer a resistência popular?

Cartilha 4 | O contexto socioeconômico da vida das mulheres no Brasil

Cartilha 5 | Mulheres e espaços de participação popular

Cartilha 6 | Como o orçamento e a dívida pública afetam a vida das mulheres?

www.jubileusul.org.br

-  @redejubileusul
-  @jubileusul
-  @jubileuSul
-  Jubileu Sul Brasil JS/BR

www.ssb.org.br

-  @ssbrasileira
-  @ssbrasileira
-  @SSBrasileira
-  @SSBrasileira

www.cmpbrasil.org

-  @cmpbrasil
-  @cmp.brasil
-  @CMP Brasil

Realização



Parceria



Apoio

